Carlos Studart: STF foi incoerente ao julgar ajuda de custo para juiz

Foi publicada no dia 5 de agosto de 2014 a seguinte manchete no site do Supremo Tribunal Federal: *Juiz do trabalho receberá ajuda de custo em razão de remoção*^[1]”.

Antes de julgar o mérito, foi levantada questão de ordem nos autos da Ação Originária (AO) 1.656 para discutir se o Supremo era competente para julgar o pedido de um magistrado trabalhista relacionado à ajuda de custo para transporte e mudança por ter sido removido, a pedido, de Dourados (MS) — cidade para a qual foi designado assim que tomou posse no cargo — para Campo Grande (MS).

No referido caso, o plenário do STF reconheceu sua competência para julgar tal demanda, aplicando o artigo 102, inciso I, alínea “n” (primeira parte), da Constituição da República, *verbis*:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I – processar e julgar, originariamente:

[...]
n) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

Com a devida vênia, entendo que na hipótese em comento os membros da magistratura não são os únicos interessados na questão.

Os juízes federais e membros do Ministério Público da União não possuem previsão específica em seu estatuto acerca da ajuda de custo no caso de remoção a pedido. Eles se valem da Lei 8.112/90, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.

Para ser mais incisivo, observe-se o seguinte julgado:

Não tendo a LC nº 75/1993 tratado exhaustivamente do tema, aplica-se subsidiariamente a Lei nº 8.112/1990, como previsto em seu art. 287. O art. 53 dessa última lei contém disposição geral aplicável aos servidores públicos civis da União não conflitante com qualquer disposição especial do Estatuto do Ministério Público da União, confira-se:

“A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, no caso de o cônjuge ou companheiro que detenha também a condição de servidor, vier a ter exercício na mesma sede”. [...] (PEDILEF 200837007015970 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL; RELATOR: JUIZ FEDERAL ALCIDES SALDANHA LIMA; DATA DO JULGAMENTO: 27/06/2012)

A causa, portanto, interessa a todos os agentes públicos federais, não sendo a Suprema Corte competente para o julgamento da causa.

Isso foi o que se decidiu em setembro de 2013, quando o Supremo negou seguimento à Reclamação (RCL) 16.359 apresentada pela Advocacia-Geral da União.

Referida reclamação foi ajuizada contra decisão do juízo da 17ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que, em ação proposta pela Ajufe, declarou a não incidência do imposto de renda nas parcelas recebidas a título de terço constitucional de férias, obrigando a Fazenda Nacional a restituir os valores indevidamente recolhidos sob o fundamento de que a verba teria natureza indenizatória e, portanto, afastaria a exação fiscal.

Alegou-se na reclamação ter havido usurpação da competência originária do Supremo pela Justiça Federal para julgamento da causa.

No entanto, o ministro Teori Zavaski entendeu que a hipótese não apresenta usurpação de competência do STF. Segundo ele, *“a jurisprudência da Corte já se consolidou no sentido de não reconhecer sua competência originária nas causas em que outras categorias de servidores públicos também tenham interesse na solução do caso”*.

Daí surge uma indagação: a primeira ação referida acima, envolvendo o pagamento de ajuda de custo, não versa sobre pretensão de notório interesse de todas as carreiras do serviço público?

Parece-me que sim! E fica a dúvida: por que não aplicaram o mesmo raciocínio? Por que iria prejudicar os pares? Espero que não tenha sido por isso!

[1] <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=272260>

Date Created

12/08/2014